



NOVAS PESQUISAS

FALA COM ELA, ELA É BOA DE CONVERSA

Reflexões antropológicas em um Centro de Treinamento de futebol feminino

Débora Cajé Yamamoto

Universidade de São Paulo

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social | São Paulo, Brasil
debora.caje@gmail.com | ORCID iD: 0000-0002-2933-7809

Introdução

Em uma das viagens que fiz para Minas Gerais, estava andando por Tiradentes quando encontrei, em meio às casas antigas da cidade, uma exposição que me chamou a atenção. Tratava-se do projeto Com(fiar), da UFMG, que buscava trazer um pouco da trajetória dos moradores da cidade. Em meio aos relatos, a frase “o mais importante do bordado é o avesso”¹ estava escrita em uma das paredes, o que me chamou atenção e me levou a uma reflexão sobre a minha pesquisa de mestrado, que, apesar disso, em nada se aproxima do bordado. A exposição retratava as histórias dos moradores locais, e a frase se referia a uma sabedoria das bordadeiras: o avesso a que ela alude está naquilo que, por vezes, passa de maneira despercebida, mas que, de ponto em ponto, dá forma ao desenho.

Ver essa exposição me levou à reflexão acerca da pesquisa etnográfica. Poderia dizer que o avesso em uma pesquisa antropológica é tudo aquilo que está por trás dos nossos resultados de pesquisa como pesquisadores, mas que, em certo sentido, é tudo o que a condiciona. A figura do pesquisador e sua corporeidade se tornam importantes para pensarmos a entrada em campo, mas também as relações que se formam e possibilitam a emergência dos temas que, em um primeiro momento (ou não), decidimos pesquisar. O avesso é o que parece passar despercebido, assim como as nossas trajetórias como parte fundamental para as discussões.

Dessa maneira, este texto é uma tentativa de trazer o avesso à tona, buscando refletir acerca da minha corporeidade e da trajetória com que foi se dando a experiência em campo.

¹ Site da exposição: <https://www.ufmg.br/campustiradentes/projetos/confiar/> Acessado em 10/09/2024.



Logo, buscarei refletir sobre as possibilidades das produções de conhecimentos antropológicos atravessados por relações de poder e afeto que acabam por se estabelecer em campo, sobretudo aqueles que me atravessam de alguma forma. Em um primeiro momento, apresentarei como se deu a minha inserção no campo. Posteriormente, explorarei como a minha presença foi se tornando parte daquele espaço e como a minha própria corporeidade produziu reflexões e tensões em campo. Por fim, retomarei a alegoria do bordado, a partir das relações de afeto que se construíram durante esses meses em que frequentei aquele espaço e da maneira como elas me transformaram em uma pessoa “boa de conversa”.

Vestir a camisa em uma instituição social voltada à formação de atletas no futebol de mulheres

Em minha primeira visita ao Em Busca do Impossível (EBI)² – instituição social voltada para a formação de atletas no futebol de mulheres e para o oferecimento da prática esportiva para meninas –, fui recebida por Teresa, que me apresentou o local. Teresa, ou Tere, como gosto de chamá-la, é uma grande amiga minha com quem joguei futsal na faculdade. Acabamos nos aproximando mais após minha inserção no EBI, período em que nos tornamos amigas, mas meu contato com Tere se deu, inicialmente, pelo espaço universitário. Foi através de Teresa e Glória, minha antiga treinadora de futebol, que ouvi falar do EBI. Nessa primeira visita, procurei ir vestida com roupas de uma marca esportiva, na tentativa de ser lida como parte daquele espaço. Lembro-me de me sentar na arquibancada, após Teresa me apresentar o espaço, e observar o treino de algumas atletas que vestiam o uniforme de um conhecido clube paulista. Na hora, peguei meu caderno de campo para fazer algumas anotações, o que gerou um certo agito entre as atletas que ali treinavam. Notei que algumas cochichavam e olhavam para mim, faziam dribles, demonstravam habilidades com a bola, até que o auxiliar técnico da equipe chegou até mim e questionou se eu era representante da marca esportiva que vestia. Imediatamente, as atletas começaram a fazer comentários como “me patrocina”, o que foi rapidamente silenciado com minha resposta negativa, gerando uma nítida quebra de expectativa entre elas.

No futebol, observar treinos ou jogos é um ato valorizado. Os chamados *olheiros* são profissionais considerados especialistas em observar e reconhecer uma atleta habilidosa. Mas diferentemente do antropólogo, ou pelo menos do tipo de antropologia que aqui se propõe, o olheiro não interage com aquilo que vê. Na verdade, ele busca, no olhar distanciado, encontrar algo que procura. Já eu, investindo em uma pesquisa antropológica, busco, na interação, no contato, na relação, entender aquilo que objetivo compreender – no caso do meu mestrado, as categorias emocionais presentes entre treinadoras e atletas no futebol.

Em minha segunda visita ao local, tive uma conversa com Teresa e Ângela, para explicar sobre meu interesse de pesquisa e solicitar uma permissão para realizá-la naquele espaço. Ângela, que sempre atuou em comissões técnicas do futebol feminino, até mesmo na seleção brasileira de futebol, perguntou-me qual era a minha relação com o futebol e por que eu havia escolhido esse esporte. Sem pensar muito, contei a ela sobre minha proximidade com a prática,

² Utilizarei nomes fictícios para as treinadoras, atletas e para a instituição social em que realizei meu trabalho de campo, visando assegurar o anonimato delas. Também deixarei em itálico termos êmicos, buscando manter o sentido atribuído por elas às expressões.

que vinha muito antes da faculdade. Quando criança, havia jogado em uma equipe de futsal, mas na época, pela ausência de times para meninas e por oposição de meus pais, distanciei-me da modalidade, retomando o contato com o esporte somente na faculdade. A reação de Ângela ao saber que eu tinha um conhecimento prático com o esporte e que havia, de alguma forma, experienciado a modalidade pareceu mais importante do que qualquer outro documento formal que eu me propus a apresentar³. Em tom descontraído, Ângela e Tere brincaram comigo sobre a possibilidade de eu auxiliar as treinadoras em campo durante os treinos, já que tinha contato com o futebol. Após a nossa conversa, recebi oficialmente a permissão para realizar o trabalho de campo naquele espaço, ganhando um uniforme de treinadora, o que me permitiu maior acesso ao estabelecimento, podendo, inclusive, frequentar a sala dos técnicos e participar de reuniões organizacionais.

Assim, como todos os outros dias em que me deslocava para o EBI, vestia a camiseta como quem, de alguma maneira, fizesse parte daquele lugar. E o passar dos dias tornava minha presença ali cada vez mais rotineira. Inicialmente, em minha Iniciação Científica, orientei-me por uma pesquisa que buscou compreender como se dá a formação de atletas para o futebol de mulheres, através de uma equipe de base em um clube de São Paulo⁴. Nessa época, uma das coisas solicitadas pelo clube foi que eu auxiliasse com tarefas do dia a dia. Lembro-me de uma das seletivas que fui acompanhar: o fotógrafo ligou avisando que chegaria atrasado, e a treinadora da equipe de base do clube daquele ano pediu que eu auxiliasse com essa tarefa. Isto é, que gravasse vídeos, conversasse com os familiares para entender um pouco da história das garotas, e fizesse registros de imagens até que o fotógrafo chegasse.

Sem pensar duas vezes, disse a ela que sim e, com meu celular e meu caderno de campo em mãos, corri para fazer registros e falar com os responsáveis que consentiriam a conversa. A segunda tarefa solicitada pelo clube foi que eu me responsabilizasse pela administração das redes sociais da equipe. Isso porque o clube, naquele ano, passava por uma crise financeira, fazendo com que houvesse um corte de gastos. E, como diziam as treinadoras, em momentos assim “o primeiro a pagar é a equipe feminina”. Sem dúvidas, o corte na verba veio logo na equipe de base, que perdeu algumas parcerias com marcas de suplementos alimentares e rompeu o contrato com a empresa que gerenciava as redes sociais. Com a ausência de alguém para fazer esses *posts*, Ângela solicitou que eu ajudasse o clube, o que também aceitei. Essa tarefa de gerir as redes sociais permitiu que eu fosse incluída no grupo de WhatsApp do clube, junto às atletas e à comissão técnica.

Além disso, como o clube em que fazia minha pesquisa de IC estava localizado no Centro de Treinamento (CT) do EBI, tive um contato importante com as equipes de lá. Marília, treinadora do time de treinamento – equipe voltada à formação de atletas, com maior carga de treinos –, e sua auxiliar da época, Nina, eram as pessoas com quem tive mais contato. Isso porque a turma de Marília era considerada aquela mais próxima das equipes de base, inclusive porque muitas das atletas que se destacavam eram indicadas para fazer um teste no clube. Esses testes

³ Por uma precaução, levei o resumo do meu projeto de pesquisa, assim como documentos dizendo que eu era estudante da USP. Nenhum deles foi necessário.

⁴ Em 2022, o EBI tinha uma parceria com um clube paulista, e minha Iniciação Científica foi nesse time. Já em 2023, com o fim da parceria e início da minha pesquisa de mestrado, orientei-me a uma pesquisa com o próprio EBI e, especialmente, com as treinadoras de futebol.

eram marcados por um período em que as meninas treinavam com a equipe de base e, caso os treinadores do clube gostassem do desempenho delas, essas atletas eram aprovadas e passavam a fazer parte do clube.

Assim, durante os dias em que frequentei o CT, dividia-me entre observar e auxiliar. Minha relação com Marília e Nina foi sendo construída aos poucos. Inicialmente, observei os treinos do lado de fora do campo, mas, em um determinado dia, Marília me pediu para ajudar com reposição de bola; e, então, passei a ficar do lado de dentro. Nesses dias, ficava em pé ao lado de Marília e Nina e conversava com elas. Nos intervalos entre uma atividade e outra, elas contavam sobre suas experiências como jogadoras de futebol. Para elas, um espaço de formação futebolística era algo inimaginável, porque, na época delas, ia-se *direto para o pau*, referindo-se a um momento do futebol em que não existiam categorias de base e o ir “direto pro pau” dizia respeito a um cenário de dificuldade, em que elas jogavam com atletas de um nível considerado superior, sem preparo prévio.

Marília é uma treinadora experiente, com cursos da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e que gosta muito de discutir e falar sobre futebol. Já Nina sempre foi um pouco mais tímida; ela dizia ter dificuldade para conversar com outras pessoas. Dizia também que não gostava muito de estudar e que esse era um dos motivos para não ter feito faculdade. Quando Nina decidiu tirar uma licença de treinadora, eu a auxiliava com os trabalhos do curso. Nos dias em que ia até o CT, levava meu computador, sentava à mesa com ela e Marília, e digitávamos juntas o trabalho. Em um dos dias em que fizemos isso, Nina desabafou dizendo que não gostava muito de conversar com outras pessoas e que eu era uma das poucas com quem ela se sentia confortável para isso. Nesse mesmo dia, notei como com o tempo fui me aproximando de Marília e Nina, o que permitiu que aos poucos eu fosse criando uma relação de confiança com as treinadoras, que aproveitavam os momentos em que nos sentávamos à mesa para tomar um café e falar sobre suas vidas. Talvez suas histórias como ex-jogadoras de futebol nunca sequer houvessem sido contadas para outras pessoas que não elas mesmas. Ser jogadora de futebol na época em que Marília e Nina jogaram, entre 2000 e 2018, não era algo publicamente reconhecido. Pelo contrário, essas mulheres contam que muitas vezes tinham de trabalhar com outras coisas para arcar com os custos de atleta, pois o dinheiro que ganhavam não era suficiente nem para pagar a passagem da condução que pegariam para o treino.

Em uma outra quarta-feira, como de costume, vesti minha camiseta e fui até o CT. Nesse dia, notei que as coisas estavam mais agitadas do que normal. As atletas de Marília estavam prestes a disputar um jogo importante: a disputa da medalha de bronze do campeonato Paulista sub-14. Foi quando uma das atletas, a quem chamarei aqui de Gabriela, chegou até Marília falando que precisava refletir e que queria conversar. Marília direcionou-se a mim esticando o braço e falou para Gabriela: “fala com ela, ela é boa de conversa”. A qualidade de ser boa de conversa pela qual Marília se referia a mim dizia respeito às capacidades de ouvir, falar, ver e sentir. Nesse sentido, gostaria de chamar a atenção para esses momentos que nos testam como pesquisadores, dado que o pré-requisito de uma boa escuta está em nos permitir afetar por aquilo que nos é dito ou, nos termos de Veena Das (2020), que o conhecimento do outro nos afete. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo refletir sobre as possibilidades etnográficas e sobre como nós, pesquisadores, vivenciamos nossos campos. Ele atenta para os modos como nos

inserimos nos cotidianos de nossos interlocutores, produzindo o que chamamos de um fazer etnográfico constantemente negociado e que condiciona nossas pesquisas.

Mariza Peirano (2014) argumenta que a pesquisa etnográfica se trata de uma teoria vivida, sendo que nos tornamos agentes e não apenas investigadores da realidade que estamos pesquisando. A etnografia é “uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria em ação” (Peirano 2008:4). Cabe-nos, assim, pensar como o ver, ouvir e falar constituem elementos fundamentais para fazer pesquisa. Em contextos marcados por situações que refletem sofrimento, trauma, dor ou mesmo violências, essas habilidades alimentam a vivacidade de um campo que nos apresenta novas perspectivas.

Como bem argumenta Peirano (2008:7), a “etnografia é ação social, é comunicação, é ‘performance’, então, mesmo quando pensamos que estamos apenas trocando ideias, estamos ‘fazendo coisas’ com as palavras”. Ainda, a comunicação que estabelecemos está condicionada por marcadores sociais da diferença que atravessam nossos corpos. O lugar da pesquisadora em campo, como argumenta Heloisa B. de Almeida (2002), é produzido a partir desses marcadores sociais da diferença, que permitem aproximações ou podem gerar afastamentos com nossos interlocutores. Em sua pesquisa etnográfica, a autora demonstra como ser uma mulher em Montes Claros permitiu que ela estabelecesse uma relação com as mulheres da cidade, marcada por conversas e desabafos. Em contrapartida, seu lugar de “universitária” e “paulista”, como era chamada pelos moradores locais, gerava uma certa desconfiança por aqueles que viam em Almeida um perfil de mulher diferente do que consideravam adequado para uma cidade do interior.

Jogar futsal universitário é uma habilidade que me aproxima das treinadoras e das atletas do EBI, sobretudo considerando que aquele é um espaço dedicado ao *futebol feminino*. Em minhas primeiras conversas com essas mulheres, o futsal facilitou minha inserção, além de permitir que eu adquirisse a confiança das minhas interlocutoras. Por outro lado, o lugar de universitária levantava algumas impressões das treinadoras. Para elas, eu era alguém que conhecia e dominava assuntos ligados a questões sociais. Por vezes, as treinadoras vinham falar comigo sobre temas como desigualdade no esporte, direitos, história e assuntos afins. Já quando se referiam ao esporte universitário, remetiam a *bagunça* enquanto falavam das festas. Isso porque algumas das treinadoras chegaram a trabalhar com times universitários, mas me disseram que não gostaram da experiência porque as atletas *não levam a sério*.

Já no que se refere à minha ascendência asiática, eu era frequentemente solicitada e elogiada por uma suposta expertise com coisas eletrônicas. Recordo-me da vez em que Ângela precisou de uma ajuda para assinar um documento em pdf no próprio celular. Ao auxiliá-la, ela disse que admirava como pessoas como eu, japonesas, possuíam uma facilidade com essas tarefas que envolviam o uso de tecnologias. Nesse momento, outras treinadoras e treinadores que estavam na sala concordaram e trouxeram exemplos de conhecidos que eram assim também. Para além dessa ideia de uma suposta inteligência atrelada à minha ascendência, esse marcador social permitiu que algumas questões surgissem em torno de relações raciais. O EBI possui um número similar de meninas declaradamente negras e brancas. Segundo as

coordenadoras, em um levantamento feito pela própria instituição, 50% das atletas matriculadas se declaram negras (pretas ou pardas), 47% se declaram brancas e 3% se declaram amarelas⁵.

Certa vez, estava sentada em uma mesa auxiliando algumas atletas com o preenchimento do cadastro para inscrição em um determinado campeonato. Uma das perguntas presentes no formulário questionava com qual raça a pessoa se declarava. Foi quando uma atleta questionou às colegas qual a classificação racial que ela deveria colocar. Após uma leve discussão entre elas, com comentários que a classificavam como *moreninha*, por não chegarem a um consenso resolveram perguntar a mim. Tentei explicar a elas a partir da minha classificação, dizendo que eu me declarava como amarela, pois venho de família japonesa e possuo características físicas – como os olhos puxados, cabelo liso, rosto mais arredondado – que fazem com que as pessoas me vejam assim. Aparentemente intrigadas, as atletas me olharam e questionaram por que eu dizia que não era branca, já que, na concepção delas, as pessoas “querem ser brancas” e eu poderia, ao menos ali e para elas, posicionar-me como uma pessoa supostamente branca. Foi então que, após algum tempo em silêncio e pensativa com o que tinha ouvido, respondi que eu não era branca e que também não gostaria de sê-lo, que gostava da minha ascendência asiática e dos meus traços, como os olhos mais puxados.

A ideia de “querer ser branca” evidencia o racismo e o branqueamento presentes no esporte. O futebol é duramente marcado por episódios de racismo que excluem e segregam corpos negros da prática (Vieira 2017; Silva e Sautdt 2021; Da Conceição 2023). Considerando isso, comecei a pensar também sobre a complexidade das relações raciais, levando em conta as desigualdades e o lugar social em que eu me posicionava em campo. Em diversos momentos, essas mesmas atletas me chamavam de *japa* e, de fato, eu não era lida como branca, mas me declarar como amarela, naquele espaço que eu estava frequentando, aproximava-me da realidade das meninas brancas. É aqui que se revela, para mim, um dado interessante do meu campo que diz respeito às relações raciais, às diferenças e às relações de poder. A possibilidade de “ser branca” ali diz respeito a uma relação de poder que reflete um racismo ainda muito presente no esporte, haja vista que corpos negros são, por vezes, agredidos com xingamentos racistas, assim como sofrem com a estigmatização.

A Copa do Mundo de futebol masculino em 1950, realizada em território nacional, foi uma competição marcada pela possibilidade da vitória da seleção masculina no campeonato e pelo uso do futebol na construção do discurso nacional. A campanha até então perfeita da seleção fez com que a equipe chegasse à final contra o Uruguai dependendo de um empate para ser campeã. Eis que, faltando poucos minutos para o fim da partida, o Brasil tomou o gol que deu a vitória à equipe uruguaia. A busca por um culpado pela derrota fez com que a imprensa se dirigisse a três jogadores: Juvenal, Bigode e Barbosa, todos negros. A culpa pela virada uruguaia e pela derrota brasileira estava nas costas de Barbosa, que, segundo parcela da imprensa, não teve capacidade mental e técnica para atuar como goleiro. A final da Copa do Mundo fez com que as teorias racistas do início do século XX servissem de argumento, reafirmando uma suposta inferioridade dos negros.

⁵ Os dados são da própria instituição, que utiliza, a partir das classificações do IBGE, a forma como a atleta se declara.

Como bem argumenta Da Conceição (2023), ao longo dos séculos XIX e XX, o futebol brasileiro foi marcado pela complexa ausência e presença de jogadores negros. Em um primeiro momento, o esporte se restringiu a uma elite branca e intelectual (Pereira 1998), sobretudo devido ao contato que muitos desses praticantes tinham após passarem períodos na Europa. Rapidamente, a modalidade caiu no gosto dos brasileiros e passou a ser praticada pelas camadas populares, especialmente por operários que jogavam em times ligados às fábricas em que trabalhavam (Da Conceição 2023). E é a partir da década de 1930, com a profissionalização e o surgimento de leis específicas para regulamentação, que se observa uma maior presença de jogadores negros (Vieira 2017). Esses momentos do futebol brasileiro coincidem com períodos importantes na formação de um pensamento social e da identidade nacional (Da Conceição 2023).

A Proclamação da República impôs à elite brasileira a missão de levar a ordem e o progresso ao país, no que Ana Lúcia Schritzmeyer (2004) chamou de cruzada modernizadora. A diversidade racial presente no vasto território nacional se colocava como um obstáculo à criação de uma identidade única e supostamente capaz de unificar o país. É aqui que teorias racistas de influência europeia, como os estudos de Gobineau, ganham espaço e relevância nos debates em torno de uma identidade nacional (Schwarcz 1993). Até meados da década de 1930, predominava a ideia de que a miscigenação havia sido um problema para o Brasil, teoria que, apesar da forte presença, era criticada por diversos intelectuais que, de modo contrário, viam na diversidade racial uma identidade nacional (Corrêa 1998). É durante esse período que o futebol se torna uma importante ferramenta da construção de uma ideia do que é “ser brasileiro”. Ressalta Da Conceição (2023:231): “o esporte no século XX, o futebol, especificamente no Brasil, serviu como veículo de propaganda para o bem-estar físico da nação e sua vivacidade, acrescido do ideário da democracia racial que se consolidou como crítica às teorias europeias e criou um novo paradigma”.

No que concerne ao futebol de mulheres, a presença de corpos de mulheres negras que viram no esporte uma possibilidade de remuneração influenciou medidas restritivas, como o decreto de proibição em 1941 (Bonfim 2019). Apesar disso, ao longo desses anos, corpos com útero se dedicaram à prática, ainda que de forma ilegal e, muitas vezes, escondida (Silva 2015). Contudo, há de se ressaltar, como aponta Mariane Pisani (2018), como a exclusão de corpos negros do futebol e o racismo impactaram mulheres de formas distintas. Martins et al. (2021) demonstram como a inserção de mulheres negras em práticas esportivas é inferior quando comparada à de mulheres brancas. Isso porque o acesso ao esporte é constantemente atravessado por raça, gênero e classe no país (Pisani 2018; Martins et al. 2021).

A dificuldade de mulheres negras de praticar futebol está também na forma como esses corpos foram (e ainda são) vistos no esporte. Pisani (2018) mostra como as revistas esportivas da década de 1980, mais especificamente a Revista Placar, retratavam a mulher negra em comparação com a mulher branca. Enquanto a última era tratada como “bela” e tinha seu corpo valorizado, uma figura que era alvo de desejo, a primeira era vista como “fera”, era aquela que, em certo sentido, perdia sua feminilidade. O que Pisani (2018) demonstra é que, mesmo anos depois, argumentos similares a esses são vistos na forma como algumas atletas negras são retratadas pela mídia, como no caso da judoca Rafaela Silva em 2012. Ainda, durante sua etnografia, a antropóloga relata momentos em que presenciou cenas de racismo durante os jogos

que acompanhou, ressaltando como as ofensas eram quase sempre direcionadas a jogadoras negras, masculinizadas e com cabelos mais curtos (Pisani 2018).

Nesse sentido, o uso desses argumentos pseudocientíficos atravessa o campo das práticas esportivas até hoje. Apesar de não deterministas e de muitos estudos da educação física e da medicina procurarem contestar qualquer tipo de tentativa de inferiorização do negro, ainda é muito presente o preconceito racial no futebol, ganhando outros contornos distintos quando pensamos em questões de gênero, classe, sexualidade e raça. Como bem argumenta Anne McClintock (1995), é fundamental pensar essas categorias de forma articulada, em relação entre si, de modo que atravessem a experiência dos sujeitos em questão.

Ainda sobre desigualdades e relações de poder, um outro momento trouxe reflexões acerca da forma como eu era vista e lida em campo. Minutos antes de iniciar os treinos, as treinadoras solicitaram ajuda para organizar o campo. Naquele dia, os gols estavam sem rede e, como aconteceria um amistoso, isso precisava ser arrumado. Bruna, uma das treinadoras, solicitou minha ajuda, o que respondi que faria sem problemas. Pegamos duas escadas e fomos colocar a rede no gol. Acontece que o gol tinha um ninho de vespas que eu não tinha visto e, assim que o toquei, fui picada por uma delas. Comentei com Bruna do ocorrido, queixei-me de dor e, em tom de brincadeira, ela me disse: “você não viu o ninho? Foi criada em apartamento, foi?”. Com risos, respondi que não tinha me dado conta das vespas e disse que, apesar de não ter crescido em apartamento, sempre me esquivei do contato com insetos. Nesse momento, Bruna me perguntou onde eu morava e conversamos sobre a minha vida. Contei a ela que era de uma cidade próxima a São Paulo e que tinha feito ensino médio técnico antes de entrar na USP. Um pouco espantada ao saber que eu havia estudado em escola pública, ela começou a falar de si, dizendo que também tinha feito escola pública, mas não técnica, e que não era de São Paulo; havia nascido em uma cidade no litoral do estado e se mudou por causa do futebol.

Se de alguma forma a minha aparência de “menina criada em apartamento” me colocava em contraste com as treinadoras, foi ao contar da minha trajetória que Bruna, em algum ponto, se aproximou de mim. Nesse momento, nosso diálogo estava posto, em uma troca que resultou não só em anotações no meu caderno de campo, mas também na forma como Bruna me via. Estabelecemos aqui uma amizade, uma relação de carinho e afeto, sendo que Bruna se tornou não só alguém com quem realizei minha pesquisa de mestrado, mas também alguém por quem criei muita consideração. Em algumas de nossas conversas, Bruna contava sobre sua esposa, sua família ou mesmo desabafava sobre situações mais pessoais. Já com Marília, minha relação foi um pouco diferente.

Enquanto Bruna também me via como uma amiga, Marília parecia me tratar como sua aprendiz. Ela gostava de falar sobre futebol comigo e, principalmente, de contar histórias sobre a época em que jogou profissionalmente. Durante uma conversa, Marília relatou ter passado por situações marcadas por “altos e baixos”. Em um dado momento, ela começou a contar que já vivenciou um *trauma*. Seus olhos encheram de lágrimas, seu olhar desviou dos meus, e um silêncio tomou conta de nossa conversa. Eu olhei para ela e, ainda respeitando o silêncio, busquei demonstrar que sentia muito. Compartilhar esse momento de silêncio com Marília se tornou tão importante para mim quanto aqueles em que a ouvia falando. O silêncio, aqui, é encarado como uma forma de linguagem para o sofrimento, como sugere Veena Das (2020).

Marília continuou a conversa dizendo que foi uma fase difícil e, mesmo tendo se recuperado, era algo que ela levava para sempre consigo. Nunca soube ao certo a que se referia o trauma de Marília, e talvez pouco importem os detalhes da história.

A minha presença naquele espaço não se reduziu apenas à observação e ao apoio na organização dos treinos. No futebol há uma ausência considerável de mulheres em cargos como gestoras, diretoras e treinadoras (Passero et al. 2020). A valorização do EBI em ter mulheres exercendo essas funções tornava a busca por profissionais da área um tanto quanto difícil, especialmente para cargos como analista de desempenho e treinadora de goleiras. Bárbara era uma antiga treinadora de goleiras que começou no EBI e, em 2022, foi trabalhar com um clube paulista, tentando conciliar os treinos no EBI com os do clube. Seu sucesso na área possibilitou que, em 2023, ela recebesse uma proposta de outro clube, o que acabou fazendo com que ela tivesse de renunciar aos treinos no EBI. Para ocupar o lugar deixado por Bárbara, foram feitas diversas entrevistas, inclusive com homens, que não se encaixavam no perfil que se procurava, mas a dificuldade em achar uma pessoa para cobrir o cargo fez com que Marília viesse conversar comigo, junto de Bárbara, oferecendo uma proposta para que eu pudesse ser uma preparadora de goleiras.

No primeiro momento relutei, dizendo que não tinha formação para o cargo, o que rapidamente foi contestado por algumas treinadoras, que disseram que eu poderia fazer cursos preparatórios, até porque, para essa função, não haveria exigência de formação prévia, com a condição de que eu tivesse um conhecimento do esporte. Aleguei também que a posição de goleira não me era familiar, pois sempre joguei na linha, mas Bárbara me respondeu que isso não era um problema e que eu teria uma assessoria dela sempre que precisasse, em montagem de treinos e estudos. Assim, entendendo a necessidade de alguém nessa função e pensando nas possibilidades etnográficas que isso me traria, aceitei atuar de forma voluntária como preparadora de goleiras até que uma nova profissional fosse contratada, o que aconteceu dentro de um ano.

Nos primeiros dois meses, Bárbara me acompanhou em todos os treinos. Eu chegava antes ao CT, sentávamos juntas, e ela me explicava sobre as atividades, as posições e estratégias. Apresentava-me vídeos de lances e aulas para analisar. No início, eu ficava responsável pelas goleiras iniciantes e, em se tratando das mais avançadas, eu auxiliava Bárbara na função, assumindo o posto somente quando ela não pudesse mais estar presente. Após um tempo, quando os jogos começaram, eu ia junto com as comissões como preparadora de goleira, tinha até mesmo uma credencial em meu nome com a descrição da minha função. Essa função me propiciou uma aproximação com as atletas e treinadoras, porque me permitia ficar no banco de reservas e ser convidada para participar das discussões sobre jogos e análises sobre os times adversários. Uma outra treinadora chegou até mesmo a me dar um caderno de anotações específico para jogos de futebol, um presente para me ajudar e incentivar com os treinos.

Minha posição como treinadora de goleiras me tornou ainda mais parte daquele espaço, inserindo-me na prática e me aproximando das atletas. Ouvir seus desabafos, histórias sobre seus *sonhos* e metas como atletas me introduzia no cotidiano delas, mais do que como apenas uma pesquisadora que outrora teve como principal função a observação. Foi na brecha surgida a partir de uma necessidade que eu, uma antropóloga em formação, vi a possibilidade de estar em

campo de outra forma, completamente atravessada pela prática e pelas emoções que um campo marcado pelo esporte poderia me proporcionar. Ali, foi se tornando inevitável não torcer pelo EBI e pelas atletas. Vibrei com elas, torci e cheguei até mesmo a sentir raiva quando torcedores adversários dirigiram xingamento a elas.

Em um dos dias acompanhando Marília, vivi uma das sensações mais especiais em campo. Era uma quinta-feira, e uma das atletas de Marília tinha acabado de fechar contrato com um clube, antigo parceiro do EBI. A atleta morava no litoral de São Paulo e viajava na garupa da moto de seu pai todos os dias para ir até o treino. Ela dizia que às vezes tinha de almoçar na moto. Enquanto seu pai pilotava, ela aproveitava o trânsito e os faróis para realizar as refeições. Após o treino, ouvi alguns gritos e fui ver o que estava acontecendo. A atleta em questão havia acabado de receber a notícia da sua convocação para seleção brasileira sub-17. Entre gritos e choros, ela comemorava com as amigas, que pulavam junto. A cena emocionou a muitos que estavam ali perto, inclusive a mim. Aquela era a primeira vez que via uma atleta receber a notícia que representava parte daquilo que ela e outras atletas chamam de *sonho*: jogar pela seleção brasileira de futebol.

Como pesquisadora, esse talvez tenha sido o momento que mais tenha me aproximado de entender o que Jeanne Favret-Saada (2005) considera se deixar ser afetada. Em 2022, vi a atleta entrar no EBI e acompanhei muitos de seus jogos nos campeonatos. Quando estava lesionada, a atleta se sentava ao meu lado em um banco localizado dentro do campo, e ali assistíamos aos treinos e conversávamos sobre eles. Quando ela, em 2023, foi convidada para jogar por um clube paulista – que na época possuía uma parceria com o EBI –, acompanhei parte da transição e da despedida dela do EBI. Ao vê-la feliz por ter sido convocada para a seleção, enchi-me de emoção, meus olhos marejaram e naquele momento só conseguia sentir uma imensa felicidade por ela.

Nesse sentido, permitir-me “ser afetada” (Favret-Saada 2005) não implicava um ato de identificação ou reconhecimento. Não me identifiquei com a atleta e nem mesmo com Marília. Senti algo que viria de um lugar que ocupo naquele espaço, como observadora, espectadora, pesquisadora e uma espécie de voluntária; tornei-me parte e fui vista e entendida por elas dessa maneira. Por vezes, ouvia das treinadoras que eu “era EBI”, como quem me informa também das consequências que ser de uma equipe no futebol, marcado pelo clubismo, proporcionava. Ser vista como EBI permitia minha presença e frequência no CT, assim como me afastava de outros centros de formação ou clubes. Como bem argumenta Favret-Saada (2005), o ser afetado supõe, ainda, “o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer”. O engajamento emocional que florescia em campo produzia também uma angústia que se dava em questionar, a todo momento, meu lugar ali e os limites e possibilidades das relações que eu estabelecia naquele espaço.

Considerações Finais

Ao longo deste texto, busquei refletir acerca da minha experiência em campo, em concordância com muitos trabalhos antropológicos em que a pesquisadora, mais do que uma observadora, participa e se envolve, configurando um lugar próprio. Ainda, como demonstra Silvana Nascimento (2019), esse lugar é assinalado por uma corporeidade cuja presença material

em campo produz diferentes localizações sociais no modo de ver e interagir com os interlocutores. É especialmente aqui que o relato de campo se torna resultado de trocas e relações estabelecidas de forma única. Desse modo, assume-se uma postura estratégica que trata de um posicionamento através de uma “antropologia a partir da borda”, em um espaço-entre (Nascimento 2019: 469), um trabalho artesanal, microscópico e detalhista (Peirano 1995), formando uma espécie de colcha de retalhos diariamente tecida e caracterizada, sobretudo, por seu trabalho parcial e fronteiriço (Nascimento 2019). Ser uma pessoa de ascendência asiática me posiciona de uma forma única em campo, lugar esse que ainda era atravessado pelo meu perfil universitário e pela cara de “menina de apartamento”, como posto por Bruna, marcadores sociais que informam também sobre classe.

Ouvir sobre as dores, angústias, *sonhos* e *traumas* das treinadoras e atletas me tocava. Assim como nossas conversas no fim de tarde acompanhadas de café, desabafos e histórias. A saída para esse estar lá e se permitir sentir – escolha que nem sempre se deu de forma fácil – foi a exigência de uma sensibilidade que me tornou essa pessoa “boa de conversa”. Em consonância com Veena Das (2020), busquei na escuta sensível uma forma de estar em campo e permitir que esse outro me marcasse. Ainda, ser “boa de conversa” tem na escuta seu eixo fundamental, mas requer, também, que outras habilidades nos sejam requisitadas, como aquilo que falamos e sentimos em campo. Lidar etnograficamente com um campo atravessado por situações de desconfortos, traumas e violências faz com que a gente se depare, hora ou outra, com dados mais sensíveis, ou mesmo com relações mais conturbadas, e é nesse momento que também somos atravessadas por essas histórias. Como disse anteriormente ressaltando a importância do avesso no bordado, os fios e nós que tecem e dão forma a essa pesquisa se constroem a partir de uma “política articulatória, que pensa o relato não como uma evidência autorizada, mas enquanto resultado de uma troca que tem estrada” (Favero 2020:19). Cada fio aqui narrado, desde minha experiência prática com o futebol, minha ascendência asiática e minha cara de “menina de apartamento”, forma nós que conformam o bordado, delineando a minha trajetória com a das treinadoras e das atletas e configurando, por trás do tecido, um emaranhado de fios.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Heloisa B. de. 1998. “Memórias – mulheres em campo”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, 1991, v. 7, n. 7, p. 243-247. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v7i7p243-247. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/52623>. Acesso em: 8 set. 2021.
- BONFIM, Aira Fernandes. 2019. *Football feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- CORRÊA, Mariza. 1998. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco.
- DA CONCEIÇÃO, Daniel M. 2023. “Entre vira-latas e heróis, o racismo no futebol brasileiro”. *Captura Críptica: Direito, Política, Atualidade*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 224-248.

- Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/capturacriptica/article/view/6161>. Acesso em: 6 set. 2024.
- DAS, Veena. 2020. *Vida e palavras: a violência e a descida ao ordinário*. São Paulo: Ed. Unifesp.
- FAVERO, Sofia. 2020. “Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais”. *Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, v. 7, n. 12, p. 1-22, 27 fev. 2020.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. 2005. “Ser afetado”. *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161.
- MARTINS, Mariana Z. et al. 2021. “As mulheres e o país do futebol: intersecções de gênero, classe e raça no Brasil”. *Movimento*, v. 27, p. e27006. DOI: 10.22456/1982-8918.109328. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/109328>. Acesso em: 2 jun. 2023.
- MCCLINTOCK, Anne. 2010. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Trad. Plínio Dentzien. Campinas: Editora da Unicamp.
- NASCIMENTO, Silvana de S. 2019. “O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima”. *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 2, p. 459-484, 17 set.
- PASSERO, Julia G. et al. 2020. “Futebol de mulheres liderado por homens: uma análise longitudinal dos cargos de comissão técnica e arbitragem”. *Movimento*, v. 26, n. Movimento.
- PEIRANO, Marisa. 1995. *A Favor da Etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- PEIRANO, Marisa. 2014. “Etnografia não é método”. *Horizontes Antropológicos*, v. 20, n. 42, p. 377-391, jul.
- PEIRANO, Marisa. 2014. “A história que me orienta”. In: PARRY SCOTT, Roberta Bivar Campos & Fabiana Pereira (orgs.). *Rumos da antropologia no Brasil e no Mundo: geopolíticas disciplinares*. Recife: Editora UFPE, p. 17-33.
- PISANI, Mariane da S. 2018. *‘Sou feita de chuva, sol e barro’: o futebol de mulheres praticado na cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-11102018-110139/>. Acesso em: 2 ago. 2021.
- SCHWARCZ, Lília M. 1993. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. 2004. *Sortilégio de saberes: curandeiros e juízes nos tribunais brasileiros (1900-1990)*. São Paulo: IBCCRIM.
- SILVA, André Luiz dos Santos; STAUDT, Jéferson Luís. 2021. “Mais um belo modelo da nova geração que a Educação Física está construindo no Brasil’: sadio, forte, belo e branco”. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 95-107. DOI: 10.11606/issn.1981-4690.v35i1p95-107. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/184422>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- SILVA, Giovana Capucim e. 2015. *Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983)*. Dissertação de Mestrado em História

Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. DOI: 10.11606/D.8.2015.tde-10092015-161946. Acesso em: 15 abr. 2024.

VIEIRA, José Jairo. 2017. *As relações étnico-raciais e o futebol do Rio de Janeiro: mitos, discriminação e mobilidade social*. Rio de Janeiro: Mauad.

Enviado: 02 de dezembro de 2024

Aceito: 06 de março de 2025

FALA COM ELA, ELA É BOA DE CONVERSA: REFLEXÕES ANTROPOLÓGICAS EM UM CENTRO DE TREINAMENTO DE FUTEBOL FEMININO

Resumo

Este artigo pretende refletir acerca dos lugares que ocupamos em nossos trabalhos de campo. Por meio de uma etnografia realizada entre 2022 e 2024 em uma instituição social voltada ao oferecimento da prática de futebol feminino para meninas, apontarei o papel da escuta em trabalhos de campo antropológicos. Dessa forma, buscarei refletir sobre as possibilidades das produções de conhecimentos atravessados por relações de poder e afeto que acabam se estabelecendo em nossos campos, sobretudo naqueles que nos perpassam de alguma forma.

Palavras-chave

etnografia; gênero; futebol; marcadores sociais da diferença.

TALK TO HER, SHE IS A GOOD TALKER: ANTHROPOLOGICAL REFLECTIONS ON A WOMEN'S SOCCER TRAINING CENTER

Abstract

This article aims to reflect on the places we occupy in our fieldwork. Through an ethnography carried out between 2022 and 2024 in a social institution aimed at offering the practice of women's soccer for girls, I will point out the role of listening in anthropological fieldwork. In this way, I will try to reflect on the possibilities of producing knowledge crossed by relations of power and affection that end up being established in our fields, especially in those that permeate us in some way.

Keywords

ethnography; gender; football; social markers of difference.